

# Código com respaldo popular, pede IAB

Lembrando que algumas decisões do GDF são radicais, Luiz Philippe Torelly, presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF, defende a participação da comunidade na elaboração das normas relativas às edificações e desenvolvimento da cidade. "Podemos questionar a nova legislação que proíbe qualquer construção na área de projeção de pilotis de um prédio residencial no momento em que o Cauma aprova a utilização da cobertura de alguns prédios na Asa Norte, criando literalmente o sétimo andar".

Não sou favorável ao fechamento completo do pilotis, como vem acontecendo em algumas quadras do Plano Piloto, mas acho que sua utilização parcial não é ruim. A área é de integração e não deve ser uma barreira física ou visual de um pedestre, mas comporta um depósito de lixo ou um apartamento para zelador", pondera Torelly. Em relação à falta de segurança alegada pelos condôminos para justificar o cercamento dos blocos, ele diz que essa é a razão pela qual tam-

bém age até o esquadrão da morte.

## FECHADOS

A proposta de parte dos moradores do Plano Piloto, que algum dia já pensou em fechar cada quadra residencial para formação de condomínios fechados, é duramente combatida pelo Sindicato dos Arquitetos. "É uma sugestão completamente inviável e inadmissível do ponto de vista jurídico ou urbanístico. Seria privatizar uma grande área pública", lembra Torelly.

São inúmeras as irregularidades acumuladas sem que se saiba ao certo o motivo pelo qual poderão algum dia ser condenadas. De acordo com Bassul, "todas são fruto de uma espécie de samba do crioulo doido que alimenta o crescimento urbano da cidade sem obediência a um plano diretor e geral de obras e ações". Para ele, nem sempre seguir a legislação é garantia de estar fazendo a coisa certa.

## CONTRADIÇÕES

Para caracterizar bem as

contradições o arquiteto faz alusão ao Plano Estrutural de Organização Territorial, elaborado pelo decreto governamental 78, que indica que a região da Bacia do Paranoá não tem mais condições de se expandir, por falta de infra-estrutura básica, como esgoto e água. Mas o projeto Brasília Revisitada, do urbanista Lúcio Costa, aprovado pelo Cauma no ano passado propõe justamente o contrário, ou seja, habitar a área com mais um milhão de pessoas.

Citando outros casos, Bassul lembra o Decreto 10.829, de 1987, "feito de afogadilho para atender a uma intenção político-promocional do ex-governador José Aparecido, que queria ver Brasília como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade". Ele diz que tal decreto contradiz o título de quadras modelo da 114 e da 308 Sul: "O texto de decreto coloca como irregular os dois prédios de quatro pavimentos, construídos nas duas quadras, quando diz que, necessariamente, todos os edifícios residenciais do Plano Piloto têm de ter seis andares".